

STJ00120058

Carlos Alberto Pereira de **CASTRO**
João Batista **LAZZARI**

MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

27^a
edição

Revista,
atualizada
e ampliada



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 05.01.2024
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 - Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro - RJ - 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C35m
27. ed.

Castro, Carlos Alberto Pereira de
Manual de direito previdenciário / Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. -27. ed., rev., atual. e reform. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.
968 p. ; 17x24 cm.

Inclui bibliografia e índice
Inclui anexos
ISBN 978-65-5964-931-0

I. Seguridade social - Legislação - Brasil. 2. Previdência social - Legislação - Brasil. I. Lazzari, João Batista. II. Título.

23-87124

CDU: 349.3(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

7256110



Abreviaturas..... XXXIII

PARTE I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 – O Estado e a Proteção Social ao Trabalhador	3
1.1 Prólogo	3
1.2 O surgimento da noção de proteção social	4
1.3 A mútua assistência e a caridade	5
1.4 A assistência social estatal	5
1.5 A formação do conceito de bem-estar social	6
1.6 Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge.....	9
Capítulo 2 – Fundamentos da Previdência Social	15
2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana	15
2.2 A solidariedade social	17
2.3 A compulsoriedade da filiação	17
2.4 A proteção aos previdenciados	18
2.5 A redistribuição de renda	18
2.6 A teoria do risco social.....	20
2.7 Da previdência à segurança social	20
Capítulo 3 – Modelos de Previdência Social	23
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos	24
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização	25
3.3 Sistemas privados de previdência	25
3.4 O sistema de pilares	26
Capítulo 4 – A Evolução da Proteção Social no Brasil	29
4.1 Primeiras regras de proteção	30
4.2 A Lei Eloy Chaves	30
4.3 Os institutos de classe	32
4.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988	33
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social	34
4.6 A criação do INSS e as primeiras reformas	36
4.7 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998	37

4.8	As Emendas Constitucionais ns. 41 e 47.....	39
4.9	A Emenda Constitucional n. 103, de 2019	40
Capítulo 5 – O Direito Previdenciário.....		43
5.1	Conceito e objeto de estudo.....	43
5.2	Autonomia Científica	44
5.3	Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito	45
5.4	Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito	46
5.5	Fontes do Direito Previdenciário.....	48
Capítulo 6 – Aplicação das Normas de Direito Previdenciário		53
6.1	Antinomias e critérios de solução.....	54
6.2	Lacunas do ordenamento e sua solução	55
6.3	Interpretação das normas	56
6.4	Vigência e eficácia das normas no tempo	57
6.5	Vigência e eficácia das normas no espaço.....	60
6.6	Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil.....	60
Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário.....		69
7.1	Princípios gerais de Direito Previdenciário	69
7.2	Princípios constitucionais da Seguridade Social.....	72
7.3	Princípios específicos de custeio	74
7.4	Princípios específicos de Previdência Social	76
Capítulo 8 – Regimes Previdenciários.....		81
8.1	O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	81
8.2	Regimes de previdência de servidores públicos ocupantes de cargos efetivos	82
8.3	Regime Previdenciário Complementar.....	83
8.4	Regime dos Militares das Forças Armadas	87

PARTE II

A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 9 – A Organização da Seguridade Social.....		93
9.1	Sistema Nacional de Seguridade Social.....	93
9.2	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	94
9.3	Gestão descentralizada	95
9.4	Conselho Nacional de Previdência social – CNPs.....	95
9.5	Conselhos de Previdência Social – CPS.....	96
9.6	Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS	97
9.7	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	99
9.8	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	100
9.9	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.....	103
Capítulo 10 – Relação Jurídica de Custeio		107
10.1	Definição da relação obrigacional.....	107
10.2	Autonomia da relação de custeio.....	108
10.3	Identidade com a relação obrigacional tributária.....	108
Capítulo 11 – Contribuintes da Seguridade Social.....		111

11.1	Segurados do Regime Geral de Previdência Social	112
11.2	Empresa e entidades equiparadas	113
11.3	Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial	114
11.4	Empregador doméstico	115
11.5	Apostadores de concursos de prognósticos	115
Capítulo 12	Relação Jurídica de Seguro Social	117
12.1	Definição da relação de Seguro Social.....	117
12.2	Vinculação da relação previdenciária com a filiação	118
12.3	Natureza jurídica da relação de Seguro Social	120
Capítulo 13	- Segurados do Regime Geral de Previdência Social	123
13.1	Segurados - Definição.....	123
13.2	Segurados obrigatórios.....	123
13.2.1	Empregado urbano e rural	124
13.2.2	Empregado doméstico	133
13.2.3	Contribuinte individual.....	134
13.2.4	Trabalhador avulso.....	138
13.2.5	Segurado especial	139
13.3	Segurado Facultativo	144
13.4	A menoridade e a filiação como segurado.....	146
13.5	Aposentado que retorna à atividade.....	147
Capítulo 14	- Filiação dos Segurados	149
Capítulo 15	- Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado	153
Capítulo 16	Dependentes	163
Capítulo 17	- Inscrição dos Segurados e Dependentes.....	177
17.1	Inscrição dos segurados	177
17.1.1	Inscrição de segurado <i>post mortem</i>	181
17.2	Inscrição de dependentes.....	183

PARTE III

CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 18	- Sistema de Financiamento da Seguridade Social	189
18.1	Sistema contributivo	192
18.2	Participação da União	192
18.3	Contribuições sociais.....	193
18.3.1	Conceituação.....	193
18.3.2	Natureza jurídica	194
18.3.3	Características gerais.....	195
18.4	Outras receitas da Seguridade Social.....	197
Capítulo 19	- Contribuições ao Sistema.....	199
19.1	Salário de contribuição.....	199
19.2	Salário-base.....	202
19.3	Contribuição do segurado empregado, inclusive doméstico, e trabalhador avulso.....	203
19.4	Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo	208

19.5	Exigência de contribuição mínima – EC n. 103/2019 e art. 19-E do RPS.....	215
19.6	Contribuições das empresas.....	219
19.6.1	Contribuição sobre a folha de pagamento.....	219
19.6.2	Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos.....	221
19.6.3	Contribuição adicional das instituições financeiras.....	224
19.6.4	Contribuição em razão do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho GILRAT.....	225
19.6.4.1	Fator Acidentário de Prevenção FAP.....	227
19.6.4.2	Contribuição adicional para o financiamento da aposentadoria especial.....	232
19.6.5	Desonerações da folha de salários.....	233
19.6.6	Contribuição sobre a receita e o faturamento.....	234
19.6.7	Simplex Nacional.....	235
19.7	Contribuições do importador de bens e serviços do exterior.....	239
19.8	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	241
19.9	Contribuição dos clubes de futebol profissional.....	243
19.9.1	Sociedade Anônima do Futebol (SAF).....	244
19.10	Contribuição do empregador doméstico.....	245
19.11	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	246
19.12	Contribuição do empregador rural pessoa jurídica.....	248
19.13	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.....	250
19.14	Contribuições destinadas a terceiros.....	250
19.15	Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas – eSocial.....	251
19.16	Simplex doméstico.....	254
19.17	A CTPS digital.....	255
Capítulo 20	– Isenção, Remissão e Anistia em Matéria de Contribuições.....	257
20.1	Isenção/imunidade.....	257
20.1.1	Requisitos para a isenção/imunidade.....	259
20.1.2	Requerimento e deferimento da isenção/imunidade.....	260
20.1.3	Alcance da isenção/imunidade.....	261
20.2	Remissão e anistia.....	261
Capítulo 21	– Decadência e Prescrição das Contribuições à Seguridade Social.....	263
21.1	O Conflito de Normas: Lei de Custeio e CTN.....	264
21.2	A Decadência na Exigibilidade de Contribuições.....	265
21.3	A Prescrição do Direito de Cobrança dos Créditos.....	266
21.4	Prescrição na restituição e compensação de contribuições.....	267
Capítulo 22	Prova de Regularidade Fiscal.....	269

PARTE IV

PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 23	Introdução.....	275
Capítulo 24	– Concessão da Prestação Previdenciária.....	279
24.1	Suspensão do benefício.....	281

24.2	Cancelamento do benefício	284
24.3	Processo Administrativo Previdenciário	288
24.3.1	Fases do processo administrativo	292
24.3.2	Fase instrutória	301
24.3.3	Fase decisória	309
24.3.4	Fase recursal	313
24.3.5	Fase revisional	314
24.3.6	Fase de cumprimento da decisão	322
Capítulo 25	Períodos de Carência	325
Capítulo 26	– Cálculo do Valor dos Benefícios	337
26.1	Salário de benefício e período básico de cálculo	337
26.1.1	Atividades concomitantes	342
26.1.2	Majorações decorrentes de sentença trabalhista	343
26.1.3	Fórmula de cálculo do salário de benefício da Lei n. 9.876/1999 até a véspera da vigência da EC n. 103/2019	343
26.2	Fator previdenciário e a EC n. 103/2019	344
26.3	Exclusão do Fator Previdenciário com base na Fórmula 95/85 progressiva	346
26.3.1	Fator previdenciário em relação aos professores	348
26.4	Renda mensal inicial	348
26.5	Valor-limite dos benefícios	351
26.6	Reafirmação da Data de Entrada do Requerimento (DER)	352
Capítulo 27	– Reajustamento e Revisão do Valor dos Benefícios	353
27.1	Revisão para aplicação dos novos tetos dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/1998 e 41/2003	355
27.2	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso Tese do “melhor benefício”	356
27.3	“Revisão da vida toda”: ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício, quando mais favorável	357
27.4	Revisão da RMI das aposentadorias concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/1998	359
27.5	Revisão baseada no aumento do tempo de contribuição comum e especial	360
27.6	Revisão baseada em sentença trabalhista com inclusão de tempo de contribuição e aumento dos salários de contribuição	361
27.7	Revisão decorrente de atividades concomitantes	362
27.8	Revisão dos benefícios por incapacidade concedidos após a EC n. 103/2019	363
27.9	Revisão do salário de benefício para inclusão dos valores pagos em pecúnia a título de auxílio-alimentação	364
27.10	Revisão da pensão por morte: dependentes com invalidez ou deficiência	365
27.11	Teses Superadas	366
27.11.1	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988	366
27.11.2	Súmula n. 260 do extinto TFR	366
27.11.3	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.1988 e 5.4.1991 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991)	367
27.11.4	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	367
27.11.5	Manutenção do valor real dos benefícios/equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos	368
27.11.6	Valor mínimo dos benefícios	368

27.11.7	Expurgos inflacionários.....	368
27.11.8	Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/1994.....	369
27.11.9	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.....	369
27.11.10	Revisão da renda mensal da pensão por morte – Lei n. 9.032/1995	370
27.11.11	Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/1995	370
27.11.12	Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/1991	371
27.11.13	Desaposentação e reaposentação	371
27.11.14	Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988.....	372
27.11.15	Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994.....	373
27.11.16	Inclusão do décimo terceiro como salário de contribuição para cálculo do salário de benefício	374
27.11.17	Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n. 8.213, de 1991.....	375
27.11.18	Extensão do “auxílio-acompanhante” para todas as espécies de aposentadoria..	376
Capítulo 28	– Pagamento dos Benefícios	377
28.1	Pagamento feito a terceiros.....	380
28.2	Intangibilidade do valor do benefício	381
28.3	Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada.....	385
28.4	Acumulação de benefícios	386
28.5	Abono anual	391
	Quadro-resumo – abono anual	392
Capítulo 29	– Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais.....	395
29.1	Evolução histórica da proteção acidentária.....	396
29.2	Conceito de acidente do trabalho.....	398
29.3	Doenças ocupacionais.....	402
29.4	Nexo causal e concausalidade.....	405
29.5	A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT	410
29.6	A ação regressiva previdenciária.....	412
Capítulo 30	– Aposentadorias Programáveis.....	417
30.1	Aposentadoria e vínculo de emprego.....	419
30.2	Aposentadoria Programada.....	424
30.2.1	Beneficiários e DIB da aposentadoria programada	424
30.2.2	Renda Mensal Inicial (RMI) da aposentadoria programada.....	425
30.3	Aposentadoria por idade.....	425
30.3.1	Aposentadoria compulsória dos empregados públicos.....	428
30.3.2	Aposentadoria por idade do trabalhador rural	429
30.3.3	Aposentadoria programada “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008.....	435
30.3.4	Período de carência	438
30.3.5	Data de início do benefício	438
30.3.6	Renda mensal inicial.....	438
	Quadro-resumo – Aposentadoria por idade	440
	Tabela das Regras de Transição Aposentadoria por Idade para a Mulher	442
30.4	Aposentadoria por tempo de serviço	442
30.4.1	Período de carência.....	443

30.4.2	Data de início do benefício	443
30.4.3	Renda mensal inicial	443
30.5	Aposentadoria por tempo de contribuição	443
30.5.1	Beneficiários	445
30.5.2	Período de carência	446
30.5.3	Data de início do benefício	447
30.5.4	Renda mensal inicial	447
30.5.5	Validade das novas regras de cálculo	449
Quadro-resumo	Aposentadoria por tempo de contribuição	449
30.5.6	EC n. 103/2019 – Regras de transição em relação à aposentadoria por tempo de contribuição	452
30.6	Aposentadoria programada do professor	456
30.6.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário	458
30.6.2	Conversão do tempo de magistério em tempo comum	459
30.6.3	Regras de transição da aposentadoria dos professores	460
30.7	Aposentadoria especial	463
30.7.1	Beneficiários	468
30.7.2	A caracterização e a comprovação do exercício de atividade especial	470
30.7.3	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)	477
30.7.4	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI)	479
30.7.5	Nível do ruído	483
30.7.6	Período de carência	484
30.7.7	Data de início do benefício	485
30.7.7.1	Cessação do pagamento da aposentadoria especial STF Tema 709	485
30.7.8	Renda mensal inicial	486
30.7.9	Conversão do tempo especial	487
30.7.10	Fator de conversão do tempo especial em comum	490
30.7.11	A EC n. 103/2019 e as regras de transição para a aposentadoria especial	491
Quadro-resumo	Aposentadoria especial	492
30.8	Aposentadoria aos segurados com deficiência	495
30.8.1	Beneficiários	499
30.8.2	Período de carência	500
30.8.3	Renda mensal inicial	500
30.8.4	Data de início do benefício	501
30.8.5	Principais demandas relacionadas à aposentadoria da pessoa com deficiência	502
Quadro-resumo	Aposentadoria aos segurados com deficiência	502
30.9	Aposentadoria dos segurados de baixa renda	504
Capítulo 31 – Benefícios por Incapacidade	507
31.1	Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença)	507
31.1.1	Perícia médica	513
31.1.2	Concessão por análise documental	516
31.1.3	Concessão por medida judicial	517
31.1.4	Período de carência	522
31.1.5	Data de início do benefício	524
31.1.5.1	Data de início do benefício concedido judicialmente	526
31.1.6	Renda mensal inicial	528
31.1.7	Processo de reabilitação	530
31.1.8	Suspensão e cessação do benefício	533
31.1.9	Restabelecimento do benefício	539

31.1.10	A Covid-19 e o direito a benefícios por incapacidade.....	539
31.1.11	A Covid-19 e sua possível caracterização como doença ocupacional.....	543
	Quadro-resumo – Auxílio por incapacidade temporária	546
31.2	Aposentadoria por incapacidade permanente (por invalidez)	547
31.2.1	Período de carência	550
31.2.2	Data de início do benefício	551
31.2.3	Renda mensal inicial.....	552
31.2.4	Recuperação da capacidade de trabalho	555
31.2.5	Da possibilidade de transformação da aposentadoria por incapacidade em aposentadoria por idade.....	558
	Quadro-resumo – Aposentadoria por invalidez/por incapacidade permanente.....	559
31.3	Auxílio-acidente	561
31.3.1	Beneficiários.....	561
31.3.2	Período de carência	563
31.3.3	Data de início do benefício	564
31.3.4	Renda mensal inicial.....	565
31.3.5	Suspensão e cessação do benefício.....	566
31.3.6	Manutenção do auxílio-acidente cumulado com aposentadoria de outro regime	567
	Quadro-resumo Auxílio-acidente.....	568
Capítulo 32	Benefícios de Proteção à Família e à Maternidade	571
32.1	Pensão por morte	571
32.1.2	Morte presumida	573
32.1.3	Direito à pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência	574
32.1.4	Habilitação de beneficiários.....	575
32.1.5	Pensão ao dependente viúvo do sexo masculino	578
32.1.6	Existência simultânea de dependentes na condição de cônjuges, ex-cônjuges e companheiros.....	578
32.1.7	Comprovação da união estável e homoafetiva	580
32.1.8	A Lei n. 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício	582
32.1.9	Direito à pensão do menor sob guarda	583
32.1.10	Direito à pensão do filho ou irmão inválido.....	584
32.1.11	Dependente universitário – Pensionamento até os 24 anos	585
32.1.12	Pensão em favor dos pais.....	585
32.1.13	A revogação do inciso IV do art. 16 da LBPS e a existência de pessoa designada	586
32.1.14	Período de carência.....	586
32.1.15	Data de início do benefício	587
32.1.16	Renda mensal inicial.....	588
32.1.17	Cessação do benefício	592
32.1.18	Perda do direito à pensão por morte	595
	Quadro-resumo Pensão por morte.....	596
32.2	Auxílio-reclusão	601
32.2.1	Concessão do auxílio-reclusão para dependentes de segurados que superem o critério da baixa renda	604
32.2.2	Período de carência	605
32.2.3	Data de início do benefício	605
32.2.4	Beneficiários.....	606
32.2.5	Renda mensal inicial.....	606
32.2.6	Causas de suspensão e extinção do auxílio-reclusão	607
	Quadro-resumo – Auxílio-reclusão.....	608

32.3	Salário-maternidade	610
32.3.1	Período de carência	613
32.3.2	Data de início e duração do salário-maternidade	614
32.3.3	Concessão do salário-maternidade em caso de adoção	615
32.3.4	Extensão em casos de falecimento da gestante ou adotante	616
32.3.5	Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias	616
32.3.6	Renda mensal inicial	618
32.3.7	Cessação do benefício	620
	Quadro-resumo Salário-maternidade	620
32.4	Salário-família	623
32.4.1	Período de carência	625
32.4.2	Data de início do benefício	625
32.4.3	Renda mensal inicial	625
32.4.4	Perda do direito	626
	Quadro-resumo Salário-família	626
	Capítulo 33 – Benefícios Assistenciais – LOAS	629
33.1	Benefício de Presta�o Continuada � Pessoa Idosa e � Pessoa com Deficiência – LOAS ...	629
33.1.1	Requisitos legais para a concessão do Benefício de Presta�o Continuada (BPC).....	629
33.1.2	Deficiência para fins de concessão do Benefício de Presta�o Continuada (BPC).....	631
33.1.3	Requisito econ�mico para fins de concessão do Benefício de Presta�o Continuada (BPC).....	634
33.1.4	Beneficiários.....	636
33.1.5	Data de início do benefício	637
33.1.6	Cessa�o do benefício	637
33.1.7	Acumula�o com outros benefícios	639
	Quadro-resumo Benefício de presta�o continuada da assistência social	640
33.2	Benefício Assistencial ao Trabalhador Portuário Avulso	642
33.3	Auxílio-inclusão � pessoa com deficiência	643
33.3.1	Beneficiários e requisitos do auxílio-inclusão	643
33.3.2	Data de início e renda mensal do auxílio-inclusão.....	644
33.3.3	Veda�o de acumula�o, suspensão e cancelamento do auxílio-inclusão.....	645
	Quadro-resumo Auxílio-inclusão � pessoa com deficiência	645
	Capítulo 34 – Benefícios Extintos	647
34.1	Renda mensal vitalícia	647
34.2	Auxílio-natalidade	648
34.3	Auxílio-funeral	648
34.4	Pecúlio	648
34.5	Abono de permanência em serviço	649
34.6	Aposentadorias diferenciadas.....	649
	Capítulo 35 – Serviços	651
35.1	Serviço Social.....	651
35.2	Habilita�o e reabilita�o profissional.....	652
	Capítulo 36 – Tempo de Contribui�o para Fins Previdenciários	657
36.1	Prova do tempo de contribui�o.....	667
36.2	Reconhecimento do tempo de contribui�o e respectiva indeniza�o	671

36.3	Atividade rurícola e o regime de economia familiar	673
36.4	Aluno-aprendiz	680
36.5	Efeitos das decisões da Justiça do Trabalho para cômputo junto ao INSS	682
36.5.1	O art. 55 da Lei de Benefícios e o princípio de aptidão para a prova. A inconstitucionalidade pela afronta ao princípio da ampla defesa	685
36.6	Contagem recíproca do tempo de contribuição	687
36.7	ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição	692
Capítulo 37	Prescrição e Decadência em Matéria de Benefícios	693
37.1	Prescrição do direito a prestações	693
37.2	A Lei n. 13.846/2019 e a violação aos direitos do pensionista menor, incapaz ou ausente	695
37.3	Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário	696
37.4	Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de contribuição	699
37.5	Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte	699
37.6	Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo	700
37.7	Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa	701
37.8	Revisão embasada em sentença trabalhista	702
37.9	Prazo decadencial para o INSS rever seus Atos	702
37.10	Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência	705
Capítulo 38	Ações Previdenciárias	707
38.1	Competência para as ações previdenciárias	708
38.1.1	Prestações comuns previdenciárias	709
38.1.2	Competência federal delegada	710
38.1.3	Prestações acidentárias	711
38.1.4	Causas referentes ao benefício assistencial	713
38.1.5	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar	713
38.1.6	Dano moral previdenciário	715
38.2	Prévio ingresso na via administrativa	717
38.2.1	Prazos para concessão, revisão e implantação de benefícios (STF RE 1.171.152/SC)	720
38.3	Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal	721
38.3.1	Competência dos JEFs	723
38.3.2	Valor da causa	724
38.3.3	Renúncia	725
38.3.4	Legitimidade	726
38.3.5	Sentença líquida	727
38.3.6	Recursos	727
38.3.6.1	Recurso contra decisão que aprecia pedidos de liminares e de tutela provisória	728
38.3.6.2	Recurso contra sentença (recurso nominado)	729
38.3.6.3	Incidente regional de uniformização de jurisprudência	731
38.3.6.4	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei federal (PUIL)	732
38.3.6.5	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) dirigido ao Superior Tribunal de Justiça	738
Quadros-Resumo	Recursos	741
38.3.7	Cumprimento da sentença	753
38.3.8	Aplicação da lei dos JEFs em caso de delegação de competência	755

38.3.9	Nulidades.....	756
38.3.10	Custas e honorários advocatícios.....	756
38.4	O CPC de 2015 e seus reflexos nos juizados especiais federais.....	759
38.5	Pagamentos devidos pelo INSS.....	771
38.5.1	Evolução legislativa.....	771
38.5.2	Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	774
38.5.3	Pagamento por precatório.....	775
38.5.4	Complemento positivo.....	777
38.6	Preferência no pagamento de requisições (RPV ou precatório).....	777
38.7	Coisa Julgada Previdenciária.....	778
38.7.1	A desconstituição da coisa julgada incompatível com a Constituição.....	784
38.8	Execução do julgado.....	784

PARTE V

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 39 – Introdução.....	789
Capítulo 40 – Histórico.....	795
Capítulo 41 Aspectos Gerais dos Regimes Próprios.....	799
41.1 Segurados dos Regimes Próprios de Previdência.....	799
41.2 Filiação a Regime Próprio.....	800
41.3 Regras gerais vigentes para os Regimes Próprios.....	802
41.4 Fiscalização dos Regimes Próprios.....	804
41.5 Gestão dos Regimes Próprios.....	806
41.6 Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.....	807
41.7 Extinção de Regimes Próprios.....	809
Capítulo 42 – Principais Pontos das Reformas Constitucionais.....	817
42.1 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998.....	817
42.2 A Emenda Constitucional n. 41, de 2003.....	819
42.3 A Emenda Constitucional n. 47, de 2005.....	821
42.4 A Emenda Constitucional n. 70, de 2012.....	822
42.5 A Emenda Constitucional n. 88, de 2015.....	823
42.6 A Emenda Constitucional n. 103, de 2019.....	823
42.6.1 A EC n. 103/2019 e a superposição de regras de transição.....	824
42.6.2 A EC n. 103/2019 e a violação ao princípio da segurança jurídica.....	826
42.6.3 Teoria do adimplemento substancial do “contrato social previdenciário”.....	828
Capítulo 43 Previdência Complementar para Servidores Públicos.....	831
43.1 A instituição dos fundos de pensão para servidores federais.....	832
Capítulo 44 – Custeio dos Regimes Próprios.....	843
44.1 Breve histórico.....	843
44.2 Disposições gerais sobre custeio dos RPPS.....	844
44.3 Contribuições no RPPS da União.....	849
Capítulo 45 Regras de Aposentadoria dos Regimes Próprios.....	853
45.1 Aposentadoria por incapacidade permanente.....	865
45.1.1 Regras aplicáveis ao RPPS da União (e entes federativos que tenham promovi-	

do reformas após a EC n. 103/2019).....	866
45.1.2 Acidente em serviço e doenças graves.....	867
45.1.3 Integridade dos proventos – invalidez durante a vigência da EC n. 41/2003....	868
45.1.4 A Emenda Constitucional n. 70/2012.....	869
Quadros-resumo Regras de Aposentadoria por incapacidade permanente	870
45.2 Aposentadoria compulsória por idade.....	871
45.3 Aposentadoria voluntária	875
45.3.1 Regras aplicáveis aos RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios que não efetuaram a Reforma da Previdência.....	877
Quadro-resumo Regras Sobre Aposentadoria Voluntária Exclusivamente por Idade	878
45.3.2 Aposentadoria voluntária “por idade e tempo de contribuição”.....	880
45.3.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição.....	883
Quadro-resumo – Regras vigentes, até que lei local disponha em contrário, para servidores estaduais, distritais e municipais: aposentadoria voluntária por idade mais tempo de contribuição...	889
45.4 Aposentadorias especiais nos regimes próprios.....	895
Quadro-resumo – Regras sobre aposentadoria especial nos RPPS dos entes federados subnacionais (que não realizaram a reforma da previdência)	901
45.5 Tempo de contribuição nos regimes próprios.....	903
45.5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição	904
45.5.2 Contagens fictícias.....	908
45.6 Prazo prescricional para ação de concessão ou revisional de aposentadoria nos RPPS.....	909
45.7 Inconstitucionalidade da pena de cassação da aposentadoria.....	910
Capítulo 46 Pensão por Morte, Auxílio-Reclusão e Licenças de Caráter Previdenciário nos Regimes Próprios.....	913
46.1 Cálculo e reajustamento da pensão por morte nos RPPS	914
46.2 Pensão nos RPPS em geral (exceto o da União e dos entes federativos que promoveram a Reforma da Previdência).....	915
46.3 Regras de acumulação de benefícios	918
46.4 Rol de beneficiários e rateio da pensão por morte	923
46.5 Perda e cessação do direito à pensão.....	928
46.6 Licenças-maternidade, paternidade e por adoção.....	931
46.7 Licença para tratamento de saúde comum e acidentária	935
46.8 Auxílio-reclusão.....	936
Capítulo 47 – O Regime Próprio da União.....	939
47.1 A aposentadoria voluntária no RPPS da União – regra geral.....	940
47.2 Cálculo dos proventos de aposentadoria com base nas regras transitórias da Emenda Constitucional n. 103, de 2019	941
47.3 Reajustamento dos benefícios do RPPS da União.....	942
47.4 Regra geral transitória de aposentadoria voluntária no RPPS da União.....	943
47.5 Regra transitória – Aposentadoria voluntária de docentes federais.....	944
Quadro aposentadorias no RPPS da União – Regra transitória geral e dos docentes	944
47.6 Aposentadoria dos policiais, agentes penitenciários e socioeducativos do âmbito federal	944
Quadro aposentadoria dos policiais e demais atividades de risco RPPS da União (ambos os sexos).....	945
47.7 Regra transitória Aposentadoria especial (exposição a agentes nocivos) no âmbito da União	945
Quadro regra transitória – Aposentadoria por exposição a agente nocivo no RPPS da União.....	946
47.8 Aposentadoria do servidor com deficiência no RPPS da União	946

Quadro-resumo – Aposentadoria por tempo de contribuição do servidor com deficiência	948
Quadro-resumo Aposentadoria por idade do servidor com deficiência	948
47.9 As novas regras de transição para os servidores federais	948
47.10 Regra de transição Servidores federais em geral	948
47.11 Regras de transição para docentes de instituições federais	951
47.12 Regra de transição para aposentadoria de servidores federais expostos a agentes nocivos	952
47.13 Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos.....	953
47.14 Abono de permanência no RPPS da União.....	955
47.15 Pensão por morte no RPPS da União.....	955
47.16 Critério de cálculo da pensão por morte no âmbito da união Regra geral.....	957
47.17 Duração do pagamento da pensão a cada dependente	959
47.18 Alteração da regulamentação infraconstitucional	960
47.19 A questão do auxílio-reclusão no RPPS da União.....	960
47.20 Efeitos práticos das alterações Nas pensões por morte – RPPS da União.....	960
Capítulo 48 – Reajustamento do Valor dos Benefícios.....	963

PARTE VI

TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 49 – A Globalização e o Estado Contemporâneo.....	971
Capítulo 50 – As Mudanças no Direito Comparado.....	985
Capítulo 51 – A Previdência Brasileira e suas Características	991
Capítulo 52 – Perspectivas da Seguridade Social Brasileira.....	1003
Bibliografia.....	1013

ANEXOS

Súmulas e Enunciados de Interesse em Matéria Previdenciária	1029
Informações Complementares sobre Contribuições e Benefícios Previdenciários	1055
Índice Alfabético-Remissivo.....	1087